

A precarização do trabalho docente no Paraná: consequências da reestruturação neoliberal e seus impactos na atual política educacional

(The precariousness of teaching work in Paraná: consequences of neoliberal restructuring and its impacts on current educational policy)

Ana Paula André

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Resumo: O presente artigo parte de uma pesquisa bibliográfica acerca do trabalho docente na sociedade brasileira contemporânea, tendo como recorte específico a educação no Estado do Paraná. Enquanto revisão de literatura, apresenta um panorama de pesquisas já realizadas por vários teóricos e caminhos que já foram explorados em livros e artigos de diferentes autores/as a respeito do tema. Para tratar do trabalho docente e da sua precarização, optamos pelo viés crítico. Sendo assim, propomo-nos a refletir sobre o trabalho do professor e a digitalização a partir do processo de *impeachment* contra a então presidente Dilma Rousseff, instaurado em 2016, ao qual denominamos de golpe institucional. Nesse contexto, com a chegada de Michel Temer ao poder, as reformas trabalhistas trouxeram uma série de impactos desastrosos aos trabalhadores, e a aprovação da lei do novo Ensino Médio passa a atingir, de modo visceral, o trabalho do professor. A atividade docente, com tecnologias digitais, tem demonstrado uma nova gestão da educação vinculada às demandas do capital. O método de ensino, nessa perspectiva, abandona seu viés crítico e assume, de forma ostensiva, a efetivação dos ditames do mercado nas escolas. O novo paradigma do sujeito adequado para o mercado de trabalho restringe-se à sua flexibilidade laboral, adaptável aos diversos setores que implementam a produção.

Palavras-Chave: Trabalho docente. Plataformização. Precarização.

Abstract: This article is based on a bibliographical research on teaching work in contemporary Brazilian society, with a specific focus on education in the state of Paraná. As a literature review, it presents an overview of research already carried out by various theorists and paths that have already been explored in books and articles by different authors on the subject. To address teaching work and its precariousness, we opted for a critical approach. Therefore, we propose to reflect on the work of teachers and digitalization based on the impeachment process against then-president Dilma Rousseff, instituted in 2016, which we call an institutional coup. In this context, with the rise of Michel Temer to power, labor reforms brought a series of disastrous impacts to workers, and the approval of the law of the new High School Education begins to viscerally affect the work of teachers. Teaching activity, with digital technologies, has demonstrated a new management of education linked to the demands of capital. From this perspective, the teaching method abandons its critical bias and assumes, in an overt manner, the implementation of market dictates in schools. The new paradigm of the subject suited to the job market is limited to his/her labor flexibility, adaptable to the various sectors that implement production.

Keywords: Teaching work. Platformization. Precariousness.

1 Introdução

O trabalho é algo inerente ao ser humano. Sem a atividade laboral dos indivíduos, não existiriam as tecnologias, entendidas, aqui, como um conjunto de conhecimentos, técnicas, habilidades, capazes de aprimorar o desenvolvimento da sociedade. Também não existiriam as forças produtivas, ou mesmo as relações produtivas, tendo em vista que o trabalho é o elo integrador nesse processo.

É preciso ter em mente que o trabalho passou por diversos processos de alteração, a depender do momento histórico no qual o conceito se insere. Essas alterações refletem a dominação tecnológica, a qual reorganiza as bases do trabalho. Um exemplo disso é o impacto gerado pelo sistema de produção em massa denominado Fordismo. Criado por Henry Ford, tinha como objetivo sistematizar e ampliar a produtividade em massa, com ênfase na linha de montagem, menor tempo e menores gastos para a produção. Inicialmente utilizado nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1920, foi amplamente difundido para o mundo, começando a declinar na década de 1970.

Entretanto, tal conceito espalhou-se passando a influenciar outras áreas do conhecimento, entre elas, a educação. Seus pressupostos impactaram as escolas e o trabalho docente, que passaram a focar no uso da técnica e da divisão do trabalho, o que, em âmbito educacional, consolidou-se como uma forma de tecnicismo escolar. Entre os anos de 1980 e 1990, tivemos o Toyotismo¹ e, em sua decorrência, a flexibilização da Divisão do Trabalho, ou seja, novos mecanismos para gestão de cargos e produção em equipes. Isso, de certo modo, não deixou de interferir no planejamento escolar.

Todas essas reorganizações da sociedade capitalista e suas crises cíclicas articulam-se para adequar-se ao movimento contraditório do capital, e instrumentalizam novas formas de extração de mão de obra. Levando em conta tais transformações advindas do século XX, tivemos mais um salto na estrutura do modo de produção e na forma como nos relacionamos com o trabalho em nível mundial, tendo em vista que, “[...] com o avanço da globalização e o uso desenfreado da tecnologia, houve uma potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho” (Cardim, 2022, p. 100).

¹ O Toyotismo surgiu como uma alternativa ao Fordismo, de forma a atenuar a crise de superprodução estabelecida pelo sistema fordista. Ele é considerado um modelo ideal em termos de produtividade. Enquanto no Fordismo, o trabalhador conhece apenas a sua função, no Toyotismo, ele precisa conhecer o processo como um todo. “[...] Essas diferenças, em última instância, acabam por conservar um padrão de relação que se expressa na necessidade de domínio de uma classe sobre a outra. Entre as semelhanças podemos notar a necessidade de controle sobre o tempo ou o cálculo do tempo” (Ribeiro, 2015, p. 77).

No caso do Brasil, atrelado aos condicionantes atuais de ordem estrutural neoliberal global, o cenário de alterações no mercado de trabalho herdou nuances dos anos de 1990 e do aprofundamento das mazelas sociais, especialmente com as articulações pós golpe² de 2016. A classe trabalhadora passou a sofrer novos ataques do capital, que a desqualifica, retira os direitos conquistados, deixando relegada à sua própria sorte, o que abre fissuras em sua subjetividade.

O novo modelo atrela as questões econômicas (do mercado) às práticas sociais e educacionais, fazendo com que o cidadão comum atinja níveis sempre maiores de precarização. Tal processo desencadeia as reformas trabalhistas e a consequente decadência dos direitos do trabalhador, como é possível observar, mais abaixo, na Lei nº 13.467, aprovada em 2017. Uma das principais alterações da referida reforma foi a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, os acordos coletivos de trabalho estabelecidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão não estar pautados às leis trabalhistas.

Outro fator preocupante para o trabalhador foi a criação do trabalho intermitente, através do artigo 443 §3º, da CLT, o qual pontua:

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (Decreto-Lei Nº 13.467/2017).

Tal aspecto dificulta a atuação do trabalhador, visto que não há a garantia mínima de trabalho por mês, tampouco estabilidade, e diante disso, decorre a insuficiência das condições de sub-existência. Outras questões pontuais da lei impactam diretamente o trabalhador, como a inserção de grávidas em locais de trabalho com baixo ou médio índice de insalubridade — o que, anteriormente à reforma, era proibido —, parcelamento de férias, ampliação da carga horária de trabalho diária por meio de acordos, entre outras.

Nesse cenário de mudanças drásticas para o trabalhador, ocorre a inserção das plataformas digitais no mercado de trabalho, e essas aumentam o aprofundamento da

² Recomendamos, sobre o tema, o livro *Por que gritamos golpe?* (2016), que debate sobre essa denominação atribuída aos eventos ocorridos em 2016. Ele propõe uma análise sobre a dinâmica do processo que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com coletânea de textos de vários autores, para se entender as conjunturas das ameaças que tal processo impõe à democracia nacional. Em seu prólogo, Graça Costa ressalta: “Tempos sombrios em que vivemos, tempos em que o que há de pior na política depõe a presidente da República para impor a uma nação inteira quase cem anos de retrocesso. Somente um golpe é capaz de conduzir a tamanho atraso” (JINKINGS et al, 2016, p. 09). Já na Apresentação, Ivana Jinkings destaca: “A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupta e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 12). Assim, usamos o termo “golpe”, neste artigo, seguindo as mesmas premissas defendidas nos artigos que compõem esse livro.

precarização e geram uma superexploração da força de trabalho, trazendo consigo características da indústria 4.0³. De acordo com Previtali e Fagiani (2023, p. 287), testemunhamos a

[...] difusão das novas tecnologias digitais no âmbito da Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0. Esses fatores impactam fortemente a classe trabalhadora, que se vê, por um lado, impelida a adquirir novas qualificações profissionais dado o novo patamar da divisão sociotécnica do trabalho e, de outro, a ofertar-se num mercado de trabalho cada vez mais des(regulado), sob condições crescentes de precarização do trabalho.

O trabalho docente também se aproxima dessa vertente, uma vez que é desestruturado, passando a assumir uma condição híbrida entre a atuação do professor e a subordinação às tecnologias digitais e aos grandes conglomerados que as implementam. Além do extermínio da subjetividade, a plataformização do ensino condiciona os profissionais ao controle e à vigilância permanente do mercado, o que gera adoecimentos (físicos e mentais), com contínua situação de estresse diante da pressão por metas e pela concorrência entre as escolas por melhores posições no ranqueamento entre as instituições de ensino. Acrescenta-se a isso a falta de autonomia sobre o fazer pedagógico, os baixos salários e a fragmentação dos conteúdos subordinados ao uso das plataformas, além da contratação desvinculada de concursos públicos e a instabilidade contratual. O resultado, inevitavelmente, é a fragmentação de saberes.

A escola torna-se, com a implementação desse sistema de plataformas, um negócio rentável e administrado sob a lógica da lucratividade. A profissão docente, por sua vez, desumaniza-se e é retirada da escola a sua emancipação, seu papel privilegiado de construção e reconstrução de saberes. O ensino torna-se, assim, como afirma Laval (2019), um local acessível para se evitar o desperdício de tempo, com monitoramento constante para a execução de metas previamente definidas pelo setor econômico.

Questões de articulação neoliberal, avaliação, vigilância e privatização social articulam-se com a recomposição que atinge diretamente os órgãos públicos, os quais requerem novos mecanismos de controle. As tecnologias digitais representam esse momento, já que tornam o ensino mais rentável, submetido aos pressupostos ideológicos (Barros, 2022).

Os elementos acima apontados serão abordados nesta pesquisa, de forma breve, mas não menos reflexiva, com o intuito de discutir o contexto histórico educacional no qual nos

³ “A indústria 4.0, termo que se refere à quarta revolução industrial, é a digitalização da manufatura, ou seja, uma nova perspectiva de produção industrial que utiliza as tecnologias digitais para criar fábricas inteligentes, eficientes e adaptáveis. O termo ‘Indústria 4.0’ foi cunhado na Alemanha, especificamente na Feira de Hannover, em 2011 [...]” (Lima; Gomes, 2020, p. 05). Esse evento reuniu empresários, políticos e universidades para analisar novas perspectivas da manufatura alemã com base na transformação digital.

inserirmos e a integralização das tecnologias digitais no trabalho docente. Para isso, estabelecemos, como recorte, o estado do Paraná no atual momento e inserção da digitalização do ensino, e como esse fator oculta a escravização do trabalhador do magistério às plataformas e à ótica mercadológica, impactando a profissão em diversos aspectos.

2 Reorganização política educacional e trabalho docente

Se pegarmos como ponto de referência o ano de 2016, com a deflagração do Golpe, inúmeras são as mudanças na conjuntura política e econômica do Brasil, cujos desdobramentos remontam e são consequências década de 1990, com a deflagração da nova ordem capitalista. Essas transformações repercutem, de forma pontual, no âmbito educacional, fazendo com que a educação se torne parte do mercado econômico e regida por ele.

Esse contexto, aprofundado por questões políticas e econômicas, reflete o percurso desencadeado pelas imposições sempre mais agressivas do capital. Diante disso, é possível afirmar que “[...] nos encontramos num dos momentos mais deprimentes da história, em que o capital se encontra extremamente concentrado [...]” (Orso, 2020, p. 26).

Urge analisar como essas questões impactam, amplamente, na ofensiva contra a classe trabalhadora, e mais especificamente, no trabalho docente. Se em 1990 já tínhamos um cenário complexo no Brasil, com a deflagração das práticas neoliberais, em 2016, tais questões se tornam ainda mais acirradas. A conjuntura política de 2016, que causou a derrocada de uma presidenta legitimamente eleita que não cometeu crime algum, que aqui denominamos de golpe, quis apresentar, em sua gênese, uma pseudoideia de reestruturação do cenário político brasileiro, o que permitiu não apenas a troca de governabilidade política do país, mas implicou na compreensão de uma nova ordem democrática.

Com a ajuda da mídia tradicional e de setores empresariais da sociedade — que incitaram diversas manifestações Brasil afora —, inflamou-se a exposição e a radicalização contra a governabilidade do Partido dos Trabalhadores, fomento necessário para a criação das condições histórico-ideológicas desencadeadoras do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff⁴. As articulações desenvolvidas nesse período e a ofensiva da extrema-direita que

⁴ Segundo Boito Júnior, o movimento da massa da alta classe média pode ser considerado o embrião do movimento de extrema-direita ou neofascista por dois motivos: “Primeiro, a motivação do conjunto do movimento era reacionária. Ela expressava a revolta da alta classe média com a pequena ascensão das camadas de renda mais baixa, ascensão essa propiciada pela política econômica e social dos governos encabeçados pelo PT. E o movimento da alta classe média identificou no PT e na esquerda o inimigo a ser combatido e eliminado. As manifestações de rua, suas palavras de ordem, as referências grosseiras e agressivas aos adeptos da esquerda e da centro-esquerda, a ameaça e a agressão a seus militantes, dirigentes e intelectuais em locais públicos por bandos

crescia de forma avassaladora, permitem-nos compreender a estrutura do golpe e seu desenvolvimento, em especial, as estratégias que deram sustentabilidade a seus ideais.

Nesse período, buscou-se, ainda, ampliar os discursos conservadores em todos os campos da estrutura social. “Temer liderou a radicalização da direita brasileira hegemônica no pós-1988 e construiu as condições para o crescimento, social e eleitoral, da ultradireita” (Chaloub, 2023, s/p). Esse processo consolidou os ideais de uma sucessão governamental mais radical.

Tais considerações levaram à interpretação de que, em 2016, o golpe somente seria consolidado, caso o uso de forças conservadoras e liberais se colocassem à margem da Constituição Federal (Oliveira, 2016) — o que realmente se confirmou. O cenário constituído a partir dessa reorganização político-social — com uma guinada à extrema-direita — deu origem a diversas articulações. Dentre estas, a reforma trabalhista de 2017, que impactou sobremaneira a classe trabalhadora, retirando direitos e ampliando, ainda mais, o processo de exploração de mão-de-obra barata.

Com a chegada de Temer à presidência — por vias ilegítimas —, tem-se início o ataque grotesco ao trabalhador, às classes menos favorecidas, assim como o conservadorismo no campo das relações sociais. Dessa forma, vítimas da alienação de sua força de trabalho, as categorias menos favorecidas também foram desprovidas da consciência de classe, tornando-se facilmente manipuláveis, ao incorporarem à sua realidade discursos liberais. Em suma, uma classe massificada por seu próprio anestesiamiento.

A situação política pós-2016 resgatou os pressupostos socioeconômicos e as políticas de estado mínimo e a contenção de gastos públicos, com a diferença de que tais processos ganharam conotações mais extremistas, com a implementação da “[...] PEC 241, que previa o congelamento dos investimentos (encoberto pelo vocábulo liberal como “gastos”) públicos, incluindo áreas de direitos fundamentais, como saúde e educação, pelos próximos 20 anos” (Oliveira, 2016, p. 219).

Nesse contexto de profundas mudanças, emerge a reforma do Ensino Médio — Lei nº 13.415/2017 —, coadjuvante no aprofundamento das desigualdades socioeducacionais. Tal reforma fundamenta-se em (pseudo)discursos como a construção do protagonismo estudantil e

dessa extrema-direita atestam o que afirmamos. Em segundo lugar, porque o conjunto do movimento reacionário de classe média rompia com o jogo democrático, ao pleitear o impeachment sem sequer terem encontrado motivo que o fundamentasse e algumas de suas alas lutavam explicitamente pela implantação de uma ditadura — pediam a intervenção militar. Acrescente-se que as pesquisas de intenção de voto, bem como o mapa das apurações de 2018, evidenciam que a alta classe média votou na proporção de 8 ou 9 sobre dez no candidato que defendeu abertamente durante a sua campanha eleitoral a ditadura militar, a tortura, os torturadores, o machismo e a homofobia” (2021, p. 17).

a autonomia deste no processo de aprendizagem, isso para garantir a manutenção do poder nas mãos de grupos hegemônicos, ligados ao mercado, pela naturalização, desde a formação escolar, da alienação do trabalho. De acordo com D’Avila (2018, p. 91): a “[...] hegemonia detida pela classe burguesa não se restringe somente à propriedade privada dos meios de produção, mas também no campo das ideias, na forma com que se faz a apreensão da realidade pelos conhecimentos transmitidos nas escolas”. Desse modo, o conjunto de reformas propostos pelo governo Temer para a educação respalda-se na máxima segundo a qual o trabalhador/aluno faz parte do processo, mas não participa do produto final. A responsabilidade pelo fracasso escolar, nessa conjuntura, passa a ser somente do aluno e não do sistema.

A reforma do ensino médio, hoje, longe de constituir uma ruptura em relação ao que fora estabelecido, assemelha-se à segunda fase da mesma proposta; assim, acentuando-se o foco para a juventude, a promessa agora é a de que o jovem decidirá precocemente ‘o seu projeto de vida’, a partir, evidentemente, das delimitadas possibilidades de escolhas, e para o qual as suas condições sociais e econômicas serão determinantes (Koepsel; Garcia; Czernisz, 2020, p. 12).

Podemos observar que, desde 2016, o país submerge a diversos retrocessos nesse campo, entre eles, a revisão da Base Nacional Curricular Comum — a BNCC. No que tange à reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 e implementada em 2020, estabelecem-se “[...] alterações significativas para a última etapa da Educação Básica, em especial no que se refere ao currículo e ao financiamento, com implicações diretas na organização do trabalho pedagógico, no trabalho docente e na formação das juventudes” (Barbosa; Alves, 2023, p. 02). Tais aspectos acarretam, inevitavelmente, o comprometimento de uma educação crítica, reflexiva, e a precarização da profissão docente.

Como destaca Orso (2020, p. 33): “Apesar de ser considerada um ‘direito humano fundamental’, a educação não só não escapou da sanha dos golpistas e reformadores, como se transformou em um dos principais alvos dos ataques [...]”. A precarização dos componentes curriculares somada ao congelamento de gastos com educação, abriu portas a ataques constantes às instituições educacionais e a seus profissionais. Nessa esteira, as questões acerca do ataque aos direitos educacionais fundamentais passaram a vigorar com mais ênfase entre os anos de 2018 e 2022, com a descaracterização das universidades e das escolas públicas, que assumiram feições políticas que, nitidamente, vislumbravam o sucateamento.

Essa situação teve reverberações em toda a estrutura educacional do país, no descompromisso com os conhecimentos historicamente acumulados, no currículo, na fragmentação do trabalho docente e na perda do sentido original da escola pública — o processo

de ensino-aprendizagem —, transformando-a em mero nicho de mercado. Cabe frisar que o processo de mercadorização da escola pública assumiu características que levam em conta o “[...] modo de operação do mercado a fim de direcionar e conduzir as instituições públicas a partir das suas regras e interesses” (Mordente, 2023, p. 35).

Na perspectiva de Antunes, essa lógica é mediada por plataformas e algoritmos, que dessa forma, “[...] comandam e controlam tempos, ritmos e atividades realizadas, sempre com mais intensidade e com metas diariamente a serem superadas” [...] (Antunes, 2023, p. 33-34). Tais elementos adentram o universo educacional, fragmentam o trabalho do educador relegando-o à precarização. Acerca do processo de inserção de tecnologias digitais na educação, presenciemos

[...] o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponenciais do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI. (Antunes, 2020, p. 32 — grifos do autor).

Para dialogar com as premissas impostas por esse contexto, o qual Antunes (2020) denomina de *escravidão digital*, para onde a classe dos professores está sendo cada vez mais direcionada, optamos pelo recorte analítico do estado do Paraná. Isso sempre levando em conta a compreensão de que a fragmentação da escola pública e da profissão docente se dá, em parte, pelo uso indiscriminado de tecnologias digitais, não sendo algo exclusivo de um determinado local ou Estado. Tal perspectiva encontra-se numa rede muito mais ampla, que incorpora diversos estados do país, como Paraíba, São Paulo, Mato Grosso, entre outros, e diversos países, como França, Itália, Estado Unidos, Argentina, etc.

Quanto à reorganização das políticas educacionais do estado paranaense, os investimentos da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) são cada vez mais massivos no campo das tecnologias, pelo entendimento de que esse se configura como referência primordial do ensino-aprendizagem na educação. “Também é reconhecida pela secretaria de educação a relação tida como intrínseca entre o investimento em tecnologia e melhoria do desempenho dos/as estudantes [...]” (Barbosa; Alves, 2023, p. 3).

O trabalho docente passa a ser controlado pela inserção das tecnologias⁵, e a plataformização organiza o ritmo da produtividade no interior da escola. A escola — sob essa

⁵ “Antes, porém, cabe advertir que não se trata aqui de atacar gratuitamente as novas tecnologias da comunicação, propalando uma nostalgia e o retorno ao pó de giz de calcário e ao quadro negro. As novas tecnologias da comunicação, a telemática, estão aí e são inescapáveis. Porém, é um perigo grave encará-las ingenuamente como

perspectiva — reflete e refrata seus condicionantes, servindo ao capital como meio de preparação/adequação da mão de obra para o mercado. Principalmente quando está enfraquecida e amordaçada pelos ditames capitalistas, mantém suas atenções para a técnica em detrimento dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Na compreensão de Barbosa e Alves (2023, p. 21),

[...] no estado do Paraná, evidencia-se que o trabalho pedagógico mediado pelas plataformas digitais, diferentemente do que se anuncia, se assenta na perspectiva *neotecnicista* e instrumental do controle e da padronização, como uma janela de oportunidades para novos processos de privatização, que agudizam condições laborais *precarizantes*, além de subordinar os processos formativos a uma formação administrada (grifos nossos).

O trabalho pedagógico no universo da exploração laboral, como se nota, assume a enfática atuação de gestão da própria carreira, colocado como único responsável pelo sucesso ou insucesso de sua atuação sob a égide do empreendedorismo. O ambiente escolar deixa, assim, como consequência ainda mais nefasta, de refletir sobre como utilizar o conhecimento sob perspectiva transformadora, apontada por Paulo Freire, imprescindível à emancipação do indivíduo. “A plataformização a serviço da padronização [...] e gestão por resultados, acarreta na desqualificação e precarização do trabalho docente [...]” (Barbosa; Alves, 2023, p. 21). Esse processo acaba por minar o potencial transformador e primordial para ampliar a consciência e desenvolver o agir no mundo, o que pressupõe a compreensão da realidade concreta e suas contradições. E diante de um cenário tão catastrófico de precarização de políticas públicas para o setor educacional e para o trabalho docente, torna-se cada vez mais necessário desenvolver o olhar crítico frente às devastações sociais.

3 Tecnologia digital e precarização do trabalho docente

O trabalho educacional, quando regido pelas tecnologias digitais e pelo imperativo do mercado de trabalho, ou seja, sob a racionalidade empresarial com que o neoliberalismo rearticula as suas forças produtivas, faz com que a escola pública e a atividade laboral dos professores sejam tensionadas à acumulação do capital. Segundo Antunes (2000, p. 122): “Profundamente vinculadas aos condicionantes sociais do sistema de capital, a ciência e a tecnologia não têm lógica autônoma e nem um curso independente, mas tem vínculos sólidos com o seu movimento produtivo”.

panaceias. Deve-se, de forma atenta e cautelosa, levantar atenção às ciladas inerentes a elas” (Cavazzani *et al*, 2023, p. 213).

De acordo com essa perspectiva, o trabalhador submete-se às tecnologias digitais — sempre relacionadas a altos níveis de precarização —, às pressões do sistema e às formas de alienação capitalistas. A classe trabalhadora, torna-se, assim, uma classe com exclusão de direitos sociais, relegada à própria sorte, o que desagua em uma “crescente parcela do novo proletariado de serviços da era digital, cujas habilidades intelectuais no estágio atual da divisão sociotécnica do trabalho são exploradas de forma mais intensa, objetiva e em sua subjetividade” (Antunes, 2000 *apud* Previtali; Fagiani, 2023, p. 288).

Tais questões ultrapassam a disputa político-ideológica e afetam, diretamente, os trabalhadores, incluindo a atividade docente laboral do professor, cada vez mais cerceada por uma perspectiva mercadológica. O processo enfatizado acima, ao interferir no universo de trabalho, torna-o limitado, sem criatividade, individualizado e explorado. Essa nova forma de gestar espaços públicos os transforma em novos nichos de mercado.

Coelho e Moreira (2023, P. 76) apontam que, “em contextos culminantes de crise econômica, em que se busca elevar as relações de exploração de mais-valia, a articulação entre educação e trabalho ganhou novas especificidades”. Isso acarreta em níveis de produtividade e desempenho sempre mais exploratórios. Com metas previamente definidas, os docentes passam a ser controlados e monitorados por meio de aplicativos.

Nessa condição, e em conexão com o nível de instabilidade desses profissionais, surgem outras fragilizações, como a sobrecarga de tarefas, o comprometimento da saúde mental, o assédio pela pressão para o uso de plataformas, as dificuldades técnicas, a ausência da subjetividade e da autonomia por parte do professor, as permanentes competições para ranquear as escolas, a padronização curricular, o engessamento das aulas, a vigilância permanente com dados refletidos também em plataformas, descaracterizando a profissão⁶ e os baixos salários, uma vez que o “[...] salário pago ao professor na educação básica é menor que o de outros profissionais com nível de formação equivalente” (Alves; Pinto, 2011, p. 606).

As relações de trabalho docente passam, a partir do foco da Nova Gestão Pública⁷ (NGP), a assumir a precarização da categoria. O trabalho digital é resultado da indústria 4.0, que trouxe o advento de uma “[...] modalidade laboral em que a relação entre contratado e

⁶ “‘Não estamos dando aulas, apenas preenchendo plataformas’, afirmam professores da rede pública do Paraná”. (FERNANDES, 2024). Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/20/nao-estamos-dando-aulas- apenas-preenchendo-plataformas-afirmam-professores-da-rede-publica-do-parana>> Acesso em: 10 set. 2024.

⁷ “Com a justificativa de superar o modelo burocrático de administração, o Estado brasileiro adotou mecanismos gerenciais na gestão das políticas, introduzindo uma nova forma de regulação, a Nova Gestão Pública – NGP –, que surge como estratégia para conformar a hegemonia do neoliberalismo na gestão pública” (Mello *et al*, p. 901, 2022). A NGP introduz conceitos de eficiência, eficácia, competitividade e meritocracia nos espaços públicos.

contratante envolve, primordialmente, transferência de informações via tecnologias informacionais e de comunicação, sob a forma de plataformas digitais e seus aplicativos (apps)” (Previtali; Fagiani, 2023, p. 291).

O posicionamento acima apontado fundamenta e desnuda a proposta que passou a ser implementada, assim como a sua articulação com um projeto societário capaz de evidenciar as necessidades predatórias do capital, para a manutenção do sistema e seus ditames. Evidencia-se, assim, a perspectiva de uma educação e do trabalho docente amplamente voltada para a manutenção daquilo que está posto, a saber, uma sociedade regida pela divisão de classes.

Em análise realizada em visitas ao site da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, é possível observar a grande ênfase em plataformas e o uso massivo das mesmas. Esse foco massivo da tecnologia digital imprime à atividade laboral do docente “formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social” (Marcuse, 1973, p. 18), o que, em suma, alimenta os interesses neoliberais. É o que podemos observar na figura abaixo:

Figura 1 – Aplicativos e Plataformas no site da SEED



Fonte: Site Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED
<<https://www.educacao.pr.gov.br>>

Sob a roupagem enunciativa de inovação tecnológica, e reivindicado para si um salvacionismo dos problemas educacionais no que se refere à aprendizagem dos estudantes, percebe-se, na figura, mecanismos que atrelam o trabalho docente à massificação tecnológica em sala de aula. Isso precariza, de modo contundente, a mão de obra do professor.

A implantação e institucionalização do processo de plataformação educacional carregam o interesse de uma estrutura não ligada a uma educação que visa formar sujeitos

reflexivos ou pautada na reflexão. Trata-se, ao contrário, de uma estratégia condizente com os objetivos daqueles que estão no poder, os quais se utilizam do senso comum e da falta de conhecimento da realidade para manipular a classe trabalhadora.

Para a perpetuação do capital, o trabalho torna-se cada vez mais flexível, e a consolidação desses ditames do mercado depende da expropriação do trabalhador. A atividade docente, nesse cenário, perde sua essência subjetiva e a Educação Básica, em seus propósitos reflexivos e críticos, deteriora-se. Assim, “resistir à tentação de associar, sem reflexão, as tecnologias digitais a uma noção de inevitabilidade de progresso e mudança na educação” (Selwyn, 2017, p. 101), configura-se como tarefa essencial para não sucumbirmos às novas prerrogativas que envolvem o trabalho docente. Um olhar crítico sobre os rumos que as políticas educacionais do Paraná vêm trilhando torna-se imprescindível para o enfrentamento, pela classe dos profissionais da educação, das arbitrariedades que ganham espaços sempre maiores e preocupantes no interior das escolas paranaenses, sob a gestão neoliberal da Secretaria da Educação e do Governo do Estado.

4 Considerações finais

A problemática apresentada no início deste trabalho remete-nos à necessidade de compreensão dos desafios da atual conjuntura política e educacional brasileira. Isso levando em conta o entendimento do que temos vivenciado, a partir de uma série de adequações neoliberais, e considerando esse cenário histórico e suas repercussões na sociedade de trabalho, com destaque para a atividade laboral do professor. Sob esse aspecto, partimos da análise dessa conjuntura na situação educacional atual do estado do Paraná.

Com base no exposto, podemos enfatizar que as discussões propostas nesta pesquisa procuram demonstrar o campo frutífero de reorganização do capital e as correlações existentes entre o golpe de 2016 e as forças políticas, econômicas e sociais. Tais aspectos acarretam, inevitavelmente, na intensificação da reestruturação da prática laboral do trabalhador.

Essas questões apontam para a exclusão dos movimentos sociais, advindos de classes populares, e para o restabelecimento de uma nova ordem, pelo caminho do conservadorismo social, do acirramento das contradições e pela “[...] implantação de uma política neoliberal extremada: abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, *superávit* primário, redução dos direitos trabalhistas e sociais” (Boito Junior, 2021, p. 13).

O desnudamento das contradições socioeconômicas, ligado às tecnologias digitais, retrata uma ordem de desenvolvimento global do capitalismo, atingindo, diretamente, o

trabalhador na desregulamentação do trabalho. “Emerge, por fim, uma morfologia do trabalho sustentada por novos progressos técnicos que elevaram a um novo patamar a racionalidade neoliberal” (Coelho; Moreira, 2023, p. 76).

O trabalho docente não se distanciou desse cenário. Diante da implementação de forças políticas e econômicas, desenvolveu-se uma série de encaminhamentos que possibilitaram a reestruturação em diversos campos laborais. Essa reestruturação do trabalho, além da adequação das escolas ao viés mercadológico por meio da inserção de plataformas digitais, orientou a ótica da indústria 4.0 para dentro do espaço escolar. Desse modo, trouxe consigo diversas características do setor empresarial e industrial, como as tecnologias digitais, para otimizar processos com o objetivo de aumentar a produtividade, assim como o controle e a vigilância sobre o processo de trabalho.

O trabalho docente no estado do Paraná passou a fazer parte do direcionamento empresarial, o que gerou várias mazelas ao professor, como problemas de saúde, estresse, pressões por metas. Ele é obrigado, então, a despir-se de seu reconhecimento como educador e deixa de ter a oportunidade de aplicar o seu conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. Fragmenta-se o fazer pedagógico, e é levado para o chão da escola os prognósticos de mercado, esvaziando a sua autonomia.

Tais questões exigem o aprofundamento da compreensão do trabalho educacional, como também da sociologia do trabalho, uma vez que perpassam ambas. A educação, em seu caráter emancipador, seguindo o pensamento de Paulo Freire, precisa ser compreendida pelos trabalhadores da educação em sua perspectiva transformadora, comprometida com a classe operária, com a coletividade social, com o pensamento crítico e com o agir dos indivíduos no mundo.

A inserção das tecnologias na vida cotidiana é algo que não podemos negar ou deslegitimar simplesmente, é uma realidade que, quando bem utilizada, pode trazer resultados promissores ao desenvolvimento social. O que questionamos, aqui, é o esfacelamento da profissão docente frente à massificação do uso das plataformas digitais na educação, o que compromete o fazer pedagógico. A sobrecarga de trabalho que tais plataformas promovem, desconfigurando a atividade laboral do professor, requerem novas compreensões como via indispensável para a crítica de uma sociedade constantemente pautada nos pressupostos mercadológicos, e para o reordenamento educacional para propósitos sempre mais emancipadores.

5 Referências

ALVES, T; PINTO, J. M de R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Outros Temas**, v. 41, n. 143, maio-ago. 2011, p. 606-639. Disponível em: <<http://bit.ly/3mJ7jQw>> Acesso em: 19 de ago. de 2024.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. A explosão do novo proletariado de serviços. In: **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 13-39.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-26. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619>> Acesso em: 20 ago. 2024.

BARROS. C. P. P. “Escravos” e “Guerreiros”: trabalho uberizado e políticas de crise no Brasil (2015-2021). Tese (Doutorado – Ciência Política). 454p. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

BOITO JUNIOR, A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-23, e021009, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578>> Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm> Acesso em: 07 set. 2024.

CORRÊA, T. C. G. Servidão digital no trabalho: a escravatura dos tempos modernos. **Laborare**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 92–110, 2022. Disponível em: <<https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/144>> Acesso em: 8 set. 2024.

CAVAZZANI, A. L. M.; SANTOS, R. O.; LOPES, L. F. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrôpole**, [S. l.], v. 26, n. 59, p. 209–228, 2023. DOI: 10.1590/2236-9996.2024-5910. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/61214>> Acesso em: 22 ago. 2024.

CHALOUB; J. O golpe de 2016 e as saídas para as tragédias do presente. **Carta capital**, 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/artigo/ainda-o-golpe/>> Acesso em: 10 abr. 2023.

COELHO, J. P. P.; MOREIRA, J. A. S. O ensino médio brasileiro no contexto de crises do capitalismo: análise da lei nº 134/2017. **Revista Boletín Redipe** 12 (5): 68 – 83, mayo 2023. Disponível em: <<https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/1965/1951>> Acesso em: 21 ago. 2024.

D'AVILA, J. B. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação (Dissertação de Mestrado). 131p. Guarapuava: Unicentro – Programa de Pós-graduação em Educação. 2018. Disponível em: <<http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1157>> Acesso em: 03 mai. 2020.

JINKINGS, I. (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

KOEPSEL, E. C. N.; GARCIA, S. R. DE O.; CZERNISZ, E. C. DA S. Triade da reforma do ensino médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, 2020; v. 36, p. 1-14. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/WzZ7F8ztWTshJbyS9gFddn/>> Acesso em: 23 abr. 2023.

LIMA, F. R.; GOMES, R. Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0: uma análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 19, p. e0200023, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8658766>. Acesso em: 15 set. 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade Industrial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MELLO, M. B.; SANTOS, C. C. F.; PEREIRA, R. S. A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 899–916, 2022. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1642>> Acesso em: 7 set. 2024.

MORDENTE, G. V. **Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação: como a educação “inovadora” opera?** Tese de doutorado. 255p. Programa de pós-graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2023.

OLIVEIRA, T. B. de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. **Historiæ**, v. 7, n. 2, 191-232, 2016. Recuperado de <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6726>> Acesso em: 10 abri. de 2023.

ORSO, P. **Um espectro ronda a educação e a escola pública**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. A educação básica sob a tecnologia digital e a subsunção do trabalho docente diálogos entre Brasil e Portugal. In: ANTUNES, R.; ARIAS, A (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>. Acesso em: 15 set. 2024.

SELWYN, N. Educação e tecnologia: questões críticas. In: FERREIRA, G. M. S.; ROSADO, L. A. S.; CARVALHO, J. de Sá (Orgs.). **Educação e tecnologia: abordagens críticas**. Rio de Janeiro: SESES, 2017. p. 85-102.

Sites

FERNANDES, M. ‘Não estamos dando aulas, apenas preenchendo plataformas’, afirmam professores da rede pública do Paraná. **Brasil de fato**, 20 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/20/nao-estamos-dando-aulas-apenas-preenchendo-plataformas-afirmam-professores-da-rede-publica-do-parana>> Acesso: em 22 ago. 2024.

MORAES, R. Plataformização da educação. **Blog do Roberto Moraes**. 25 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://www.robertomoraes.com.br/2021/05/plataformizacao-da-educacao.html>> Acesso em: 24 de ago. de 2024.

PARANÁ. Secretaria de Educação - SEED. Aplicativos e plataformas digitais. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br>> Acesso em: 22 ago. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Educação – SEED. Tecnologia e novos conteúdos tornam as aulas da rede estadual mais interativas. Curitiba, 10 de junho, 2022. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Tecnologia-e-novos-conteudos-tornam-aulas-da-rede-estadual-mais-interativas>> Acesso em: 07 mar. 2023.